

Emendem-se, Senhores!

Fernando Pedreira

Agora, que o vasto Emendão do presidente Collor está posto na ordem do dia, não custa lembrar o célebre projeto de Constituição dos Estados Unidos do Brasil (era esse o nosso nome, na época) apresentado há umas tantas décadas por Capistrano de Abreu: "Artigo 1º — Todo brasileiro deve ter vergonha na cara. Artigo 2º — Revogam-se as disposições em contrário."

Sucinta e precisa, a Carta de Capistrano diz tudo em poucas palavras. Não poderia, entretanto, ser convenientemente implementada sem o auxílio de um certo número de leis complementares (ou implementares), das quais a primeira, como é natural, diria respeito ao funcionamento do próprio Congresso Nacional e ao comportamento dos congressistas. Pois, se os brasileiros comuns ficam constitucionalmente obrigados a ter vergonha na cara, o mesmo não se poderia deixar de exigir também, e com ainda maior razão, dos seus representantes eleitos — que são os que fazem as leis e definem os destinos da Pátria.

"Lei Complementar nº 1: Artigo 1º — Nenhum congressista poderá jamais votar em causa própria. Nenhum deputado federal ou estadual, nenhum senador ou vereador poderá usar seu mandato para beneficiar ou favorecer, direta ou indiretamente, a si próprio ou a seus familiares e dependentes."

"Artigo 2º — Os subsídios, vantagens e mordomias parlamentares, assim como as verbas à disposição dos congressistas, serão fixados e fiscalizados por uma comissão independente, formada por cidadãos eminentes, sem vínculos com o Legislativo, o Executivo e o Judiciário."

Artigo 3º — Congressistas ocupando empregos públicos, ou que tiverem parentes ou dependentes nessa situação, ficam impedidos..."

Seria, entretanto, desaconselhável que as leis complementares entrassem em minúcias e pormenores frequentemente geradores de chicanas, sofismas e casuísmos safados. O importante é que se estabelecesse com firmeza o princípio geral, de maneira a permitir a intervenção pronta e eficaz da opinião popular (e da Justiça) sempre que necessário. O importante, antes e acima de tudo, seria promover e determinar, dentro e fora do Congresso, a radical reversão de expectativas, o surgimento de um clima oposto a esse de hoje, caracterizado pela frouxidão moral e por uma generalizada, pandêmica, sem-vergonhice.

De fato, ao contrário do que parece crer o presidente Collor, o que é preciso urgen-

temente emendar, não é tanto a Constituição, mas os políticos, o Congresso, os congressistas. Se fosse simplesmente posto em vigor o artigo 1º da lei acima sugerida, pelo menos três quartos dos dispositivos do Emendão presidencial se tornariam desnecessários — ou já teriam sido aprovados. O que é preciso é um pouco de vergonha na cara, e um pouco de espírito público, entre esses senhores que cuidam dos nossos dinheiros públicos.

A autocomplacência e a malandrice vêm de longe e virtualmente já não há, entre esses cavalheiros, quem possa atirar a primeira pedra. Ainda há poucos anos, um dos nossos políticos mais bem comportados e corretos (não deve haver mais de uma ou duas dúzias como ele), o ex-governador Franco Montoro, surpreendeu o país ao se descobrir que ele acumulava, na época, quatro aposentadorias. Quatro! O Montoro! Agora, no Rio, um deputadinho indiciado para o Tribunal de Contas vai receber mensalmente, com suas três ou quatro aposentadorias, 7,9 milhões de cruzeiros.

O país está cada vez mais pobre e essa gente cada vez mais rica. No primeiro semestre deste ano (120 dias, apenas, de presença efetiva), um deputado estadual fluminense faturou o equivalente a 1.033 salários mínimos de subsídios. Um operário qualquer, um simples eleitor desse deputado, precisaria trabalhar 86 anos para ganhar a mesma coisa; precisaria, pois, viver pelo menos tanto quanto o saudoso mestre Eugênio Gudin, um século inteiro.

Esse caso escandaloso (e triste) das tranóias alagoanas da LBA, revelado pelo JORNAL DO BRASIL, envolvendo uma noção inexperiente e obviamente ignorante dos mais comezinhos cuidados do seu ofício, é um gritante sinal do estado a que chegamos. Não é preciso sequer falar desses grandes espertalhões, capazes de dar grandes tacadas nacionais e internacionais e acumular depressa imensas fortunas em altos e honrosos (e logo desonrados) cargos oficiais.

Hoje, qualquer narcodeputado, qualquer bicho-deputado, qualquer cafaeste semi-analfabeto que se elege para uma posição qualquer já chega lá aflito para nomear a mulher (ou o marido) e os filhos e descobrir depressa os meios de locupletar-se. As exceções são escassas. Há cada vez menos respeito pela lei (que não se cumpre), pela norma moral e, até, pela simples decência, pela compostura.

O narcodeputado que esmurrou uma colega, diante da nação estarecida, permanece há três meses à espera de uma punição

(e o país à espera de uma satisfação). Na verdade, é o próprio Congresso Nacional que está hoje de cuecas (como o falecido Barreto Pinto), indecorosamente auto-exposto nas páginas dos jornais e nas imagens da televisão.

O deputado Ibsen Pinheiro, presidente da Câmara, tido como um dos melhores políticos de sua safra, de volta de um périplo pela Europa e na véspera de outra viagem a Washington, assinou sem cerimônias mais um substancial reajuste para si próprio e seus pares — um dos quais teve ainda o desplante de declarar, diante dos seus sofridos eleitores, que já não podia mais "sobreviver" com o antigo subsídio mensal de 1,6 milhão de cruzeiros.

Um reajuste de 64,5 por cento é justo, ou abusivo? Não é isso o que mais importa. O que realmente importa é que pessoas decentes não distribuam (com o dinheiro do povo, entregue a sua guarda) aumentos para si mesmo, fingindo não ver a indignação e a reprovação do próprio povo, em volta. Que tipo de exemplo é esse que o deputado Ibsen está dando aos seus eleitores? Caradurismo? Se os congressistas se dão aumentos, por que não poderiam fazer o mesmo os funcionários, os juizes e até (opa!) os militares que são os que amarram (e desamarram) a lona do circo para que ela não caia sobre a cabeça dos artistas em cena?

O mau exemplo vem de cima. Não há nada, hoje, no Brasil, mais desacreditado e desmoralizado que um político, um (suposto) representante do povo. Há exceções, sem dúvida, mas a generalização, no caso, é justa por que mesmo os "bons" (os Ibsen, os Richa, os Montoro) na verdade nada fazem para sanear e moralizar o seu ambiente coletivo de trabalho. Compactuam com a mameação, a bandalheira, a cara-de-pau. Embolsam compungidamente os reajustes, gozam as viagens e mordomias, associam-se a essa vasta ação parlamentar entre amigos com o dinheiro do povo.

No Ceará, sem nenhum emendão constitucional, os *tucanos* do ex-governador Je-reissati puseram a casa em ordem, sanearam a administração e as finanças públicas estaduais. Em Santa Catarina, o governador Kleinubing parece disposto a fazer outro tanto. Se a indecência e o desperdício persistem no plano federal, na Câmara e no Senado (e no resto), é porque falta vontade, falta caráter, falta vergonha na cara a esses líderes frouxos e corruptos, ativos ou passivos (em geral mais passivos do que ativos).

Chamem o Capistrano.